



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N. 027/2017

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 1.944.295/SSP-DF e CPF 277.414.946-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 99/2021-GAPRES (evento 0692373),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021, sem ônus para o Contratante; e

II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula Única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V e VI da Lei nº 8.666/93, e na **CLÁUSULA QUARTA**, Subcláusula Quarta, do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 19 de maio de 2021.

| | |
|---|--|
| <p>Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</p> <p>Pelo Contratante</p> | <p>FRANCISCO DE ASSIS VARGAS</p> <p>Pela Contratada</p> |
|---|--|

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | |
|---|--|
| Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha | Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha |
|---|--|

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N.
27/2017/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

| Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência) | Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila | Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) |
|--|---|---|
| Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. 0254602). Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017. Valor: R\$ 2.080.000,00 | R\$ 2.080.000,00 | - |
| 1º Termo Aditivo (assinado em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0341353): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogar o prazo de execução por mais 76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante. | - | - |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | |
|---|---|---|
| <p>2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0382506):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.</p> | - | - |
| <p>3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425533):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.</p> | - | - |
| <p>4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. 0482209):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.</p> | - | - |
| <p>5º Termo Aditivo (assinado em</p> | - | - |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | |
|---|---|---|
| <p>09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. 0523088):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.</p> | | |
| <p>6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. 0614039):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.</p> | - | - |
| <p>7º Termo Aditivo (assinado em ___/05/2021) – Volume XVIII do PA (evento n. 0691473):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p> | - | - |

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | |
|---|---------------------|
| VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário. | R\$ 2.080.000,00 |
| PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário. | 0,00% |



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 20/05/2021, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 25/05/2021, às 08:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 25/05/2021, às 10:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0692809** e o código CRC **3DD2FB4F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 1/2021 - COMISSÕES/CGEP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Objeto: Contrato nº: 0027/2017 - Contratação de serviços técnicos de engenharia, para elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM, nas especialidades descritas neste instrumento e seus anexos, para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

Assunto: Dilação dos prazos de execução e vigência do contrato atualmente fixados pelo TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO N. 027/2017 (evento [0614039](#)).

Senhor Secretário da SAOFC,

01. Por meio do Ofício FOX-SE n. 022, de 24/03/2021 (evento [0614039](#)), a contratada requereu a prorrogação do prazo de execução do contrato por mais 90 (noventa) dias, considerados necessários para o cumprimento das obrigações ainda pendentes e relacionadas aos projetos executivos, a saber: questionamentos da EACE - empresa fiscalizadora dos serviços, apresentação de novo relatório de compatibilidades, Plano BIM e Selo PROCEL, o que implica nos seguintes novos prazos:

a) Prazo de execução dos serviços: **90 (noventa) dias**, a contar de 08/04/2021, fixando o novo termo final para **07/07/2021**, conforme requerimento da contratada; e

b) Prazo de vigência do contrato: **90 (noventa) dias**, a contar de 23/05/2021, fixando o novo termo final para **21/08/2021**.

02. Na data de 25/03/2021 este coletivo de Gestão submeteu o pleito à Comissão de Fiscalização (evento [0675145](#)). No dia 30/03/2021, o servidor André Pimentel, membro da CFEP, informou da necessidade de a empresa contratada suplementar formalmente esclarecimentos acerca da tramitação da obtenção da certificação Procel ([0676896](#)). Tal diligência foi efetivada por meio de e-mail em 30/03/21([0676922](#)). As informações complementares sobre o procedimento de certificação do PROCEL foram apresentadas no documento juntado no evento [0677459](#) e seus anexos ([0677461](#), [0677469](#), [0677473](#) e [0677476](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Face aos novos documentos e informações prestados pela contratada, a Comissão de Fiscalização registrou que:

I - De fato, ocorreram reanálises de até 03 (três) vezes em alguns itens apresentados, cujas inconsistências foram apontados pela EACE, responsável por assessorar a Comissão no recebimentos dos projetos;

II - No documentado juntado no evento [0677459](#) ficou demonstrado pela FOX Engenharia que o momento mais oportuno para dar entrada na certificação no PROCEL, será após as correções das inconsistências levantadas pela comissão de fiscalização TRE-RO e sua assessoria EACE;

III - Que o prazo necessário para a tramitação das análises no PROCEL, informado pela contratada como sendo de 65 (sessenta e cinco) dias úteis, já inclui possíveis re-análises;

IV - Considerando que o prazo de execução remanescente do atual do contrato não é suficiente para a obtenção da referida certificação dentro do prazo mínimo informado (65 dias), manifesta-se FAVORÁVEL, do ponto de vista técnico, ao pedido de dilação do prazo de execução contratual.

É o breve relato.

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO:

04. Trata-se de pedido entendido pela Comissão de fiscalização como **necessário**, sob o aspecto técnico, para a realização da certificação "SELO PROCEL" dos projetos e que, segundo afirma, não foi concluída em função de repetidas reanálises dos projetos por solicitação da empresa fiscalizadora dos serviços.

05. Além da imprescindibilidade dessa certificação noticiada pela fiscalização do contrato, esta Comissão de Gestão apresenta **algumas questões suplementares** que apontam para a necessidade da prorrogação pretendida, contudo, em **prazo superior ao requerido**, vejam-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I. Após a manifestação técnica da CFEP, anuindo ao pleito apresentado pela contratada, a servidora Irlêda (COSEG/CGEP) e os servidores André Pimentel e Leisson Castro (SEMAP/CFEP) reuniram-se com o titular da SAOFC, servidor Francisco Parentes - fato registrado na ATA Nº 3/2021 - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0684276)**, com o objetivo de melhor evidenciar e avaliar os impactos já ocorridos nesta contratação bem como outros aspectos que poderão excepcionalmente repercutir no prazo requerido pela Fox Engenharia;

II. De acordo com a servidora Irlêda, nessa reunião constatou-se que o evento considerado de maior delonga foi a não-liberação do licenciamento municipal em decorrência de falha processual no desmembramento do terreno doado ao TRE-RO, **noticiado pela Fox Engenharia em Set/2019 0474847**, culminou na contratação de serviços de georreferenciamento para viabilizar essa ação, apenas concluída após diligências entre SEMUR e TRE-RO, em jan/2021. Esse fato que causou atraso na liberação da licença final de Obras (leia-se Projetos Legais) emitida em 25/02/2021 **0664391**;

III. Ainda de acordo com a servidora Irlêda, também **ficou esclarecido que a Fox encerrou a entrega da Etapa 3 de Projetos Básicos** e já está em tramitação o pagamento dessa etapa - vide eventos **0684179/0684200/0685286** e **0685580**, ficando como pendência para a etapa de Projeto Executivo a obtenção da Certificação Procel - já protocolada e aguardando análise da certificadora - evento **0677461**;

IV. Verifica-se que os servidores que compõem a Comissão de Fiscalização (CFEP) - que atuam concomitantemente na Seção de Manutenção Predial e são responsáveis por todas as ações de manutenção, reforma, obras, projetos e elaboração de contratações de instalações e equipamentos incorporados(veis) aos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia - estão com relativa dificuldade em manter ativa toda a sua equipe em decorrência de afastamentos por motivo de doença, movimentação de servidores, usufruto de férias e atendimento ao calendário de atividades alocadas para o exercício de 2021. Tais fatos limitam a pronta disponibilidade de análise técnica de materiais e arquivos enviados pela contratada, fatos já reportados à SAOFC e Diretoria Geral;

IV. Ponderara-se, ainda, que a homologação e entrega do Selo Procel deverá coincidir com período de significativas atividades dos membros da CFEP, que estarão envolvidos com a execução da obra de reforço estrutural do Prédio Sede e a licitação de duas obras de ampliação dos cartórios de Espigão D'Oeste e Ouro Preto D'Oeste, situações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registradas na referida ata - além das demais atividades ordinárias, fato que deverá repercutir sobre os prazos para o processamento de pagamento e encerramento dos contratos.

06. Assim, face à imprescindibilidade dessa certificação e às razões suplementares aqui expostas, **esta Comissão entende ser razoável - e providente - estender os prazos propostos pela contratada, evitando-se uma eventual nova prorrogação contratual**, motivo pelo qual opina pela prorrogação dos prazos nos seguintes termos:

a) Prazo de execução dos serviços: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 08/04/2021, fixando o novo termo final para **05/10/2021**;

b) Prazo de vigência do contrato: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 23/05/2021, fixando o novo termo final para **19/11/2021**. Nesse caso, a prorrogação da vigência por mais 180 dias justifica-se em razão da necessidade de uma margem de tempo tida como razoável para os procedimentos finais de encerramento do contrato.

c) Acaso deferida a prorrogação aqui sugerida, deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 6, de 03/11/2020 ([0614039](#)), **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias - após a assinatura do novo termo aditivo - a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0630539](#), com atual vigência até 22/08/2021, que deverá ter novo termo final em 19/22/2022.

Nestes termos, submetemos esta manifestação à deliberação da Administração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Membro da Comissão**, em 29/04/2021, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Membro da Comissão**, em 29/04/2021, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **IRLÊDA MARIA SOARES DA SILVA, Membro da Comissão**, em 30/04/2021, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0681346** e o código CRC **A34478AD**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: **Prorrogação** do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 44 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)).

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, os termos finais dos prazos passaram a ser 23/05/2021 para vigência e 08/04/2021 para a execução, conforme Termo Aditivo n. 6 ([0614039](#)).

03. Mediante a Manifestação nº 1/2021 – COMISSÕES/CFEP ([0677586](#)), a comissão de fiscalização CFEP assevera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o fato de que alguns itens exigiu reanálise por até três vezes nas inconsistências apontadas pela empresa EACE, responsável por assessorar a comissão no recebimento dos projetos da nova sede deste regional e, pela Manifestação nº 1/2021 – COMISSÕES/CGEP ([0681346](#)), a Comissão Especial de Gestão de Contrato (CEGP), em concisa manifestação do pedido de dilação dos prazos de vigência e execução, considerou que além dos 65 (sessenta e cinco) dias solicitados pela empresa contratada ([0675140](#)), os prazos sejam prorrogados por prazo ainda maior, de 180 (cento e oitenta) dias. A comissão de gestão CEGP apresenta nos itens IV e V as situações que influenciaram por mais dias de prazo, vejamos:

[...]

IV. Verifica-se que os servidores que compõem a Comissão de Fiscalização (CFEP) - que atuam concomitantemente na Seção de Manutenção Predial e são responsáveis por todas as ações de manutenção, reforma, obras, projetos e elaboração de contratações de instalações e equipamentos incorporados(veis) aos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia - estão com relativa dificuldade em manter ativa toda a sua equipe em decorrência de afastamentos por motivo de doença, movimentação de servidores, usufruto de férias e atendimento ao calendário de atividades alocadas para o exercício de 2021. Tais fatos limitam a pronta disponibilidade de análise técnica de materiais e arquivos enviados pela contratada, fatos já reportados à SAOFC e Diretoria Geral;

V. Ponderara-se, ainda, que a homologação e entrega do Selo Procel deverá coincidir com período de significativas atividades dos membros da CFEP, que estarão envolvidos com a execução da obra de reforço estrutural do Prédio Sede e a licitação de duas obras de ampliação dos cartórios de Espigão D'Oeste e Ouro Preto D'Oeste, situações registradas na referida ata - além das demais atividades ordinárias, fato que deverá repercutir sobre os prazos para o processamento de pagamento e encerramento dos contrato.

[...]

06. Assim, face à imprescindibilidade dessa certificação e às razões suplementares aqui expostas, **esta Comissão entende ser razoável - e previdente - estender os prazos propostos pela contratada, evitando-se uma eventual nova prorrogação contratual**, motivo pelo qual opina pela prorrogação dos prazos nos seguintes termos:

a) Prazo de execução dos serviços: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 08/04/2021, fixando o novo termo final para **05/10/2021**;

b) Prazo de vigência do contrato: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 23/05/2021, fixando o novo termo final para **19/11/2021**. Nesse caso, a prorrogação da vigência por mais 180 dias justifica-se em razão da necessidade de uma margem de tempo tida como razoável para os procedimentos finais de encerramento do contrato.

c) Acaso deferida a prorrogação aqui sugerida, deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 6, de 03/11/2020 ([0614039](#)), **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias - após a assinatura do novo termo aditivo - a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0630539](#), com atual vigência até 22/08/2021, que deverá ter novo termo final em 19/22/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. No Despacho nº 644/2021 ([0687333](#)) o secretário da SAOFC acolhe a sugestão da CEGEP em prorrogar os prazos de prorrogação e vigência em mais 180 dias. Dessa feita os autos forma encaminhados a SECONT para elaboração de termo aditivo e após a AJDG para análise e missão de parecer jurídico.

05. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017 ([0688432](#)). Pela Remessa 74 ([0688434](#)) os autos chegam a AJDG para a análise jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

07. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

09. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

10. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ANÁLISE JURÍDICA

11. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato (Manifestação nº 1/2021 – COMISSÕES/CGEP - [0681346](#)), complementado pela Solicitação da contratada ([0675140](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

12. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **aditem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

13. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. No caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado, segundo a empresa contratada o prazo necessário para a tramitação das análises do Selo PROCEL tem prazo previsto para 25/06/2021 ([0675140](#)) e ainda, a CGEP elencou nos autos situações administrativas que por cautela devem ser levadas em consideração para a dilação do prazo, conforme já mencionado no item 3 desse opinativo ([0681346](#)):

15. Como se verifica, os motivos da empresa para a prorrogação do ajuste combinados com as justificadas da administração, possibilitam o enquadramento nas hipóteses dos **incisos V e VI, § 1º do dispositivo supracitado.**

16. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, incorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure.** A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual.** Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

17. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal, bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada nos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do aludido Instrumento: 0000011-40.2018.6.22.8000 e 0000274-72.2018.6.22.8000.

18. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

19. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela Comissão quanto à necessidade de prorrogar a execução por mais **180 dias, contados de 08/04/2021** e a vigência por mais **180 dias, contados de 23/05/2021**.

20. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0254602](#)) com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

21. O Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

22. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

23. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste.

III – CONCLUSÃO

25. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação técnica da CFEP e CGEP e a justificativa da empresa contratada, esta unidade jurídica **opina pela possibilidade da prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 180 (cento e oitenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V e VI, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017.

26. Quanto à minuta do Sétimo Termo Aditivo juntada aos autos ([0688432](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

27. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos estritamente jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, assim como aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 10/05/2021, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0689605** e o código CRC **60CC4336**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DA FOX ENGENHARIA

DESPACHO Nº 785 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC

À SECONT

Solicito ajustar a minuta do Aditivo 07 para prorrogação de apenas mais 90 dias e não 180 dias como previsto na minuta atual.

Certifique nos autos que da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica foi alterada por nova minuta apenas no que se refere ao prazo de prorrogação.

Após, com urgência, retorne os autos à esta GABASOFC.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade**, em 19/05/2021, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0692797** e o código CRC **EF0A6658**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 27/2017

DECISÃO Nº 99 / 2021 - PRES/GABPRES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vistos.

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, foi firmada a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços consistentes na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

Na atual fase, vieram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca do pedido formulado pela empresa contratada (evento [0675140](#)), a fim de que lhe seja concedido novo prazo para conclusão dos trabalhos objeto do contrato em questão.

Nesse contexto, para melhor ilustração, tem-se o resumo do Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)):

| | |
|---------------------------|---|
| Prazo inicial de vigência | 325 dias corridos a contar da assinatura do contrato (29/12/2017) |
| Valor do contrato | R\$ 2.080.000,00 (Dois milhões e oitenta mil reais), conforme proposta da Contratada |
| 1ª Prorrogação | Termo Aditivo n. 1 (0341353) com as seguintes prorrogações: I – prazo de vigência por mais 76 (setenta e seis) dias corridos, a contar de 20/11/2017; II – prazo de execução por mais 76 (setenta e seis) dias corridos, a contar de 06/12/2017 |
| 2ª Prorrogação | Termo Aditivo n. 2 (0382506) com as seguintes prorrogações: I – prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019, sem ônus para o Contratante; e II – prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 04/02/2019 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | |
|-------------------------------|--|
| | 21/12/2018 e data final em 18/06/2019, sem ônus para o Contratante. |
| 3 ^a Prorrogação | <p>Termo Aditivo n.3 (0425533) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, com data final em 03/08/2019 e data final em 30/12/2019, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, com data final em 19/06/2019 e data final em 15/11/2019, sem ônus para o Contratante.</p> |
| 4 ^a Prorrogação | <p>Termo Aditivo n.4 (0482209) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, com data final em 28/05/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, com data final em 13/04/2020, sem ônus para o Contratante.</p> |
| 5 ^a Prorrogação | <p>Termo Aditivo n.5 (0523088) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, com data final em 24/11/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, com data final em 10/10/2020, sem ônus para o Contratante.</p> |
| 6 ^a Prorrogação | <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, com data final em 23/05/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias, com data final em 08/04/2021, sem ônus para o Contratante.</p> |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No tocante aos valores contratuais inicialmente firmados, na ordem de R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais), restou apurado que **não houve reajustes**.

Analisando o pedido de prorrogação, a Comissão de Fiscalização (CFEP), nos termos da Manifestação nº 1/2021 – COMISSÕES/CFEP ([0677586](#)), concluiu que a prorrogação pretendida é **necessária**, sob o aspecto técnico, para a realização da certificação "SELO PROCEL" dos projetos e que, segundo afirma, não foi concluída em função de repetidas reanálises dos projetos por solicitação da empresa fiscalizadora dos serviços.

Referida comissão também salientou que o evento considerado de maior delonga foi a não-liberação do licenciamento municipal em decorrência de falha processual no desmembramento do terreno doado ao TRE-RO, **noticiado pela Fox Engenharia em Set/2019** [0474847](#), o que culminou na contratação de serviços de georreferenciamento para viabilizar essa ação, apenas concluída após diligências entre **SEMUR e TRE-RO, em jan/2021**, sendo certo que esse fato que causou atraso na liberação da licença final de Obras emitida em 25/02/2021 ([0664391](#)).

Em seguida, a Comissão de Fiscalização arrematou sua manifestação nos seguintes termos ([0681346](#)):

(...) **esta Comissão entende ser razoável - e previdente - estender os prazos propostos pela contratada, evitando-se uma eventual nova prorrogação contratual**, motivo pelo qual opina pela prorrogação dos prazos nos seguintes termos:

a) Prazo de execução dos serviços: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 08/04/2021, fixando o novo termo final para **05/10/2021**;

b) Prazo de vigência do contrato: **180 (cento e oitenta) dias**, a contar de 23/05/2021, fixando o novo termo final para **19/11/2021**. Nesse caso, a prorrogação da vigência por mais 180 dias justifica-se em razão da necessidade de uma margem de tempo tida como razoável para os procedimentos finais de encerramento do contrato.

Com a finalidade de aprofundar o estudo jurídico acerca da possibilidade da prorrogação pleiteada pela contratada, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral. Na oportunidade, a AJDG emitiu o Parecer Jurídico n. 44/2021 ([0689605](#)), no qual, tendo em vista a manifestação técnica da CFEP e CGEP e a justificativa da empresa contratada, **opinou pela possibilidade de prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 180 (cento e oitenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V e VI, da Lei nº 8.666/93



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0688432](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

No mesmo sentido foi a manifestação da SAOFC (evento [0689743](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral inclinou-se **favorável** ao pedido, nos termos e fundamentos da Manifestação DG n. 135 ([0691473](#)).

É o relatório.

Exaurida a análise dos documentos e informações que integram os autos, conclui-se que **o objeto do contrato de que tratam estes autos é vasto e complexo**, consistente contratação de serviços técnicos de engenharia, para elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM, nas especialidades descritas neste instrumento e seus anexos, para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

Além disso, foi possível apurar que a fiel tempestividade da execução dos serviços contratados restou **prejudicada em virtude do reduzido efetivo do corpo administrativo e, sobretudo, de alguns entraves burocráticos, a exemplo da concessão de licenças pelo poder público**.

Desse modo, tem-se como devidamente justificado o pedido de prorrogação, especialmente quando considerado que a não-concessão traria muito mais prejuízos e transtornos a esta Administração.

Sob a ótica jurídica, depreende-se que além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra guarida no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

Nessa toada, há que se concluir que os motivos ventilados pela empresa para a prorrogação do ajuste somados às demais justificativas apresentadas pela Administração, conduzem à conclusão pela adequação do presente caso às hipóteses dos incisos V e VI, § 1º do dispositivo supracitado.

De toda sorte, considero **excessiva** a prorrogação dos prazos de vigência e execução por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme sugerido pela Comissão de Fiscalização e outras unidades técnicas, tendo em vista o número de prorrogações já concedidas e também o fato de que a própria contratada sinalizou a possibilidade de finalização e entrega do objeto em prazo mais exíguo ([0675140](#)).

Ante as informações coligidas, considerando as ponderações consignadas pelas unidades previamente ouvidas (CFEP - [0677586](#); CGEP - [0681346](#); AJDG - [0681346](#); SAOFC - [0689743](#) e DG - [0691473](#)), bem como os termos da minuta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato n. 027/2017, aprovada pela AJDG nos moldes do disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos, decido:

I - AUTORIZAR a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021, e, também, a prorrogação do prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento nos [Incs. V e VI do §1º do art.](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

57 da Lei n. 8.666/93 e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula quarta do Contrato Originário; e

II

DETERMINAR a notificação da empresa contratada para **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sétima do Contrato Originário.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para acompanhamento da conclusão dos trabalhos com a fiel observância dos prazos ora concedidos e adoção das demais providências decorrentes desta Decisão.

Porto Velho, 20 de maio de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 20/05/2021, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0692373** e o código CRC **9AB6947B**.